

Orçamento já tem furo de Cz\$ 80 bi

O presidente José Sarney sancionou ontem o orçamento unificado da União aprovado pelo Congresso Nacional, e já furado por decisão do próprio Sarney. Segundo admitiu o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, as autorizações assinadas em outubro para aumentos de até 40% para os servidores civis e militares da administração direta já provocaram um rombo de Cz\$ 80 bilhões no orçamento de 1988. O rombo será coberto provavelmente pela reserva de contingência, de Cz\$ 191,4 bilhões, destinada a cobrir despesas imprevistas.

"Os aumentos salariais são causados pelo crescimento da inflação, que também provoca aumento nas receitas previstas", justificou Teixeira. Ele classificou como "uma vitória", porém, a unificação do orçamento da União, financeiro e dos fundos mantidos pelo Governo, como o previdenciário, no total de Cz\$ 7 trilhões e 641 bilhões. "O Brasil era como uma família, cada um com um talão de cheques. Agora, qualquer aumento nos gastos terá de passar pelo Congresso Nacional", garantiu.

Pressão

Montado com base em metas já consideradas ultrapassadas pelos economistas no Governo — como a previsão de 120% de inflação e déficit de 2% do PIB para o próximo ano —, o secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, Marco Dias Moreira, prevê que, além dos salários, os encargos da dívida do Governo serão outra fonte de pressão pela revisão desse orçamento. Tudo dependerá, porém, do comportamento das taxas de juros internas e externas, do dólar e das moedas internacionais nas quais é cotada a dívida externa e até da negociação efetuada pelos negociadores do Ministério da Fazenda e Banco Central.

JORNAL DE BRASILIA

• 2 DEZ / 87

• 2 DEZ / 87

As despesas de pessoal, previstas em Cz\$ 714 bilhões e 300 milhões pelo projeto de orçamento aprovado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente, representariam um aumento de 79% sobre o orçamento executado em 1987. As avaliações preliminares da Secretaria de Orçamento e Finanças já apontaram para o gasto extraordinário de Cz\$ 80 bilhões provocado pelo aumento de até 40% autorizado pelo presidente Sarney para o funcionalismo civil e militar.

Os gastos com pessoal, porém, são, ainda, 16% das despesas da União — Cz\$ 4 trilhões e 545 milhões, excluindo-se o orçamento financeiro e os fundos —, inferiores às despesas com outros custeiros e capital (investimentos e gastos da máquina administrativa), de Cz\$ 1 trilhão e 65 bilhões, aproximadamente (quase 26%); e das transferências a Estados e municípios, que somam Cz\$ 803 bilhões. O órgão com maior despesa de pessoal é o Ministério da Educação, que tem, pelo orçamento, pouco mais de Cz\$ 120 bilhões. Logo a seguir, vem o Ministério do Exército, com pouco menos de Cz\$ 36 bilhões, o dos Transportes, com Cz\$ 28 bilhões e 446 milhões, e o da Marinha, com pouco menos de Cz\$ 27 bilhões.

Para Aníbal Teixeira, com a unificação dos orçamentos e sua submissão à votação do Congresso, o Governo terá condições de conter com mais eficiência o aumento do déficit público. "É uma conquista dos países desenvolvidos. Basta lembrar que, na época do arbitrio, os militares deixaram funcionar o Congresso, mas retiraram dele o poder sobre o orçamento", comemorou.